



Número: **0009542-94.2012.8.22.0014**

Classe: **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**

Órgão julgador: **Vilhena - 1ª Vara Cível**

Última distribuição : **17/10/2012**

Valor da causa: **R\$ 158.298,10**

Assuntos: **Cédula de Crédito Rural**

Juízo 100% Digital? **NÃO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X SA (EXEQUENTE)	JOAO GUILHERME DAL FABBRO (ADVOGADO)
SOELI ELAINE APPELT MARQUES (EXECUTADO)	SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS (ADVOGADO) RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO) ELIANE GONCALVES FACINNI LEMOS registrado(a) civilmente como ELIANE GONCALVES FACINNI LEMOS (ADVOGADO)
CARLOS CESAR AMARAL MARQUES (EXECUTADO)	SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS (ADVOGADO) ELIANE GONCALVES FACINNI LEMOS registrado(a) civilmente como ELIANE GONCALVES FACINNI LEMOS (ADVOGADO) RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO)
DEONIZIA KIRATCH (LEILOEIRA) registrado(a) civilmente como DEONIZIA KIRATCH (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
12787 9024	22/10/2025 12:17	EXPEDIENTE	EXPEDIENTE

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
www.tjro.jus.br

Vilhena - 1ª Vara Cível
FÓRUM DESEMBARGADOR LEAL FAGUNDES AV. LUIZ MAZIERO, 4432, Jardim
América, Vilhena - RO - CEP: 76980-702
Horário de atendimento de 07:00h às 14:00h

ÓRGÃO EMITENTE: Vilhena - 1ª Vara Cível

EDITAL DE VENDA JUDICIAL E INTIMAÇÃO

FINALIDADE:

- 1) O Juiz de Direito da Vilhena - 1ª Vara Cível torna público que será realizada a venda dos bens a seguir descritos e referentes à Execução que se menciona.
- 2) Ficam as partes, através deste Edital, **INTIMADAS** das datas da Venda Judicial, conforme descritas abaixo.

EXEQUENTE: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X SA CPF/CNPJ: 37.901.961/0001-87
EXECUTADO: SOELI ELAINE APPELT MARQUES CPF: 390.005.242-53, CARLOS CESAR AMARAL MARQUES CPF:
345.349.891-72

Processo : 0009542-94.2012.8.22.0014

Classe : EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

EXEQUENTE: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS X SA

Advogado do(a) EXEQUENTE: JOAO GUILHERME DAL FABBRO - SP234663

EXECUTADO: SOELI ELAINE APPELT MARQUES e outros

Advogados do(a) EXECUTADO: ELIANE GONCALVES FACINNI LEMOS - RO1135, RENATO AVELINO DE
OLIVEIRA NETO - RO3249-A, SANDRO RICARDO SALONSKI MARTINS - RO1084

DECISÃO ID 124441835: “(...) Em caso positivo, intime-se a leiloeira para agendar novo leilão, observando um prazo mínimo de 10 dias entre a primeira e a segunda hastas.(...)”

OBSERVAÇÃO: A presente ação pode ser consultada pelo endereço eletrônico

<http://pjeconsulta.tjro.jus.br/pg/ConsultaPublica/listView.seam> (nos termos do artigo 19 e 20 da Resolução 185, de 18 de dezembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça).

Sede do Juízo: Fórum Cível, FÓRUM DESEMBARGADOR LEAL FAGUNDES AV. LUIZ MAZIERO, 4432, Jardim América,
Vilhena - RO - CEP: 76980-702, e-mail: central_vha@tjro.jus.br

Vilhena, 20 de outubro de 2025.

Juiz(a) de Direito

(assinado digitalmente)



d1l5a1pFdWNsell0N2VaZTNWNuUdqRHIXSjBRajZsZ0o0WTJ0aG50KzFGaFBIrZBtMWNDRkZjRGkrUVp4MHR6dw==

Assinado eletronicamente por: ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:06, ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:07

<https://pje.tjro.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25102212170703400000122525527>

Número do documento: 25102212170703400000122525527

EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena, Estado de Rondônia.

FAZ SABER A QUANTOS O PRESENTE VIREM OU DELE CONHECIMENTO TIVEREM E INTERESSAR POSSA, com fulcro nos arts. 879 ao 903, do Novo CPC (Lei nº 13105/15), regulamentado pela Resolução CNJ 236/2016, que a Leiloeira nomeada, Deonizia Kiratch, matriculado no JUCER sob n.º 21/2017, através da plataforma eletrônica www.deonizialeiloes.com.br, devidamente homologado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, levará a público para venda e arrematação, o bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

PROCESSO Nº. 0009542-94.2012.8.22.0014 - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS X S.A (CNPJ: 37.901.961/0001-87)

EXECUTADOS: CARLOS CÉSAR AMARAL MARQUES (CPF: 345.349.891-72), SOELI ELAINE APPELT MARQUES (CPF: 390.005.242-53)

DATAS: 1º Leilão no dia 01 de dezembro de 2025, com encerramento às 10h00min. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site da Leiloeira, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do 2º Leilão, que terá início no dia 15 de dezembro de 2025, com encerramento às 12h00min, para recebimento de lances pela melhor oferta, exceto preço vil, não inferior a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação, exceto nos casos onde há reserva de meação ou copropriedade. Para cada lance recebido a partir dos 03 minutos finais, serão acrescidos 03 minutos para o término do leilão.

LOCAL: O leilão será realizado na modalidade ELETRÔNICA através do site www.deonizialeiloes.com.br.

REPASSE: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período



adicional de 1 (uma) hora, com abertura em até 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão.

***Se não houver expediente forense nas datas designadas, o leilão realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.

DÉBITOS DA AÇÃO: R\$ 447.452,70 (quatrocentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta centavos), em 08 de junho de 2023, de acordo com a planilha de cálculo juntada de Num. 92984213 - Pág. 1/7.. Folha não especificada. A atualização dos débitos vencidos e vincendos, até a sua integral satisfação, fica a encargo do exequente disponibilizar nos autos.

DO BEM:

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Lote rural nº 20 (vinte), da Gleba Lote 51, Setor 07, da Gleba Corumbiara, PF/Corumbiara, denominada Sítio São Dimas, localizado no Município de Chupinguaia, Comarca de Vilhena/RO, com as seguintes características, limites e confrontações: área: 143,4184 ha (cento e quarenta e três hectares, quarenta e um ares e oitenta e quatro centiares); Perímetro: 5.211,21m. Ao Norte: Gleba Lote 51, Setor 07; Este: Lote 62 da Gleba Corumbiara, Setor 07; Sul: Lote 18 da Gleba Lote 51 e a Oeste: Lote 21 da Gleba Lote 51, separado por uma estrada vicinal kapa 82. Dados do Perímetro: do M-136/M-148, com azimuth de 88°11'41", comprimento de 1.787,39m, limitando-se com a Linha 80; do M-148/M-147, com azimuth de 175°25'09", comprimento de 873,99m, limitando-se com a kapa 84; do M-147/M-135, com azimuth de 273°05'53", comprimento de 1.833,58m; do Marco M-135/M-136, com azimuth de 357°58'03", comprimento de 716,25m, limitando-se com a kapa 82, Estrada Vicinal. **Obs.:** Tal propriedade está localizada em uma região propícia para a pecuária, que está bem desenvolvida, com rebanhos produtivos e com genética avançada, estando próxima de grandes frigoríficos, em Vilhena, Chupinguaia, Pimenta Bueno e Cacoal. As lavouras de soja e milho também já se desenvolvem com bastante sucesso nas proximidades, trazendo valorização e procura por terras que sejam de dupla aptidão (pecuária e agricultura). De acordo com a avaliação na terra nua no qual o lote rural está, com terras muito produtivas nos dias atuais, entretanto para chegar a este fator, foram feitos muitos investimentos em benfeitorias, desde a documentação para a legalização do derrubamento das árvores, abertura das estradas, catação das raízes, gradeação, calagem, plantação das sementes, cercamentos em volta das terras, saleiros, encanamentos de águas, coxos, estradas de cascalho dentro da fazenda, energia rural, entre diversas outras benfeitorias que acabaram ficando de fora dos orçamentos, como a hora cobrada pelo maquinário, combustível, mão de obra e assistência técnica **Benfeitorias.:** Trata-se imóvel com área de abertura de 48% (quarenta e oito por cento) de sua área, formados em capim Brachiarão e outros, devidamente cercadas com cercas de cinco fios de arame liso e lascas de itaúba, com uma nascente ao centro formando um córrego com bom volume de água, com duas divisões de pastos e uma remanga com cocho coberto. Terras mistas e férteis, devidamente



calcareadas e adubadas, totalmente mecanizadas e de dupla aptidão. Imóvel com Código sob o nº 0010660287707 e matriculado sob o nº 9.975 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Vilhena/RO.

AValiação: R\$ 3.000.000,00 (três milhões reais), em 25 de abril de 2024.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

DEPOSITÁRIO(A): CARLOS CESAR AMARAL MARQUES E SOELI ELAINE APPELT MARQUES, Rua 21, nº 545, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, e/ou Rua Bom Pedro Segundo, nº 772, Centro (5º Bec), Vilhena/RO, e/ou Avenida Capitão Castro, nº 3178, Centro (S-01), Vilhena/RO, e/ou Rua da Lapa, nº 122, Jardim Guanabara, Cuiabá/MT, e/ou Avenida Joaquim Porto Villanova, nº 401, Jardim do Salso, Porto Alegre/RS, e/ou Rua Vinte e Um, nº 567, Casa 545, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, e/ou Rua Ricardo Carlos Kollert, nº 343, Jardim Eldorado, Vilhena/RO, e/ou Avenida Cristóvão, nº 277, Centro, Guaporé/RO.

ÔNUS: Hipoteca em favor de Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros X S/A; Hipoteca em favor de Futuro Comércio e Representações de Produtos Agropecuários Ltda.; Hipotecas em favor do Banco do Brasil S/A; Existência de ação nos autos nº 013.06.001299-7, em favor de Futuro Comércio e Representações de Produtos Agropecuários Ltda., em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Cerejeiras/RO; Penhora nos autos nº 0007721-55.2012.8.22.0014, em favor de Travessia Securitizadora De Créditos Financeiros X S/A, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO; Existência de ação nos autos nº 0067813-04.2009.8.22.0014, em favor do Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL II, em trâmite na 3ª Vara Cível da Comarca de Vilhena/RO (Arquivado); Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem a matrícula, o bem será leiloadado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908 § 1º, ambos do CPC/2015. Débitos de IPTU, serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, “caput” e parágrafo único, do C.T.N. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver.



O bem será vendido no estado de conservação em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

HIPOTECA: Eventual gravame de hipoteca extingue-se com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1.499, VI do Código Civil).

MEAÇÃO: Nos termos do Art. 843, do CPC/2015, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições.

IMÓVEL OCUPADO: A desocupação do imóvel será realizada mediante expedição de Mandado de Imissão na Posse que será expedido pelo M.M. Juízo Comitente.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que **QUEM TIVER DIREITO** (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.deonizialeiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a **CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA** do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. **O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência.** Respeitadas as regras do **DIREITO DE PREFERÊNCIA**, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao **TERCEIRO**, se desejar, **no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados**, exercer o direito de preferência, **ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.**



VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

LEILOEIRA: O Leilão estará a cargo da Leiloeira Oficial ora nomeada, **DEONIZIA KIRATCH**, JUCER sob n.º 21/2017, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais (leiloesjudiciais.com.br).

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO/VENDA: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.deonizialeiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site da Leiloeira Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Os licitantes deverão acompanhar a realização do Leilão, permanecendo a qualquer tempo em condições de serem contatados pela Leiloeira Oficial para ajuste de propostas, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando este não responder prontamente aos contatos da Leiloeira, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.



PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio da Leiloeira www.deonizialeiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista do preço pelo arrematante através de guia de depósito judicial (emitida pela Leiloeira), no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

PAGAMENTO DE FORMA PARCELADA: Em caso de imóveis com valor de avaliação igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

Caução: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;

OBS.: Sobre direito de preferência: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.

ATRASO NO PAGAMENTO DA PARCELA: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos



os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeiro(a), voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos.

ARREMATACÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida à Leiloeira.

PAGAMENTO DA COMISSÃO DA LEILOEIRA: A comissão devida à Leiloeira será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance (art. 7 da Resolução 236/2016 - CNJ), que será efetuada pelo arrematante no prazo de 24 horas da realização do leilão, em conta fornecida via e-mail após o encerramento do leilão eletrônico. Consumada a arrematação, no caso de desistência por parte do arrematante, nos termos do art. 903, § 6º, do CPC/2015, a comissão da Leiloeira será a esta Leiloeira devida.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, a Leiloeira Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento à Leiloeira até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor da Leiloeira a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, a Leiloeira cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo.

Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.



CANCELAMENTO/SUSPENSÃO DO LEILÃO MOTIVADOS POR ADJUDICAÇÃO, REMIÇÃO OU ACORDO APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:

I - Caso haja adjudicação, será devido à Leiloeira, o importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem adjudicado, a ser pago pelo adjudicante.

II - Para as hipóteses de desistência, extinção pelo pagamento, homologação de acordo ou suspensão pelo parcelamento após a publicação do edital, fixo em R\$ 200,00 o valor devido à leiloeira a título de ressarcimento pelas despesas com os preparativos para o leilão, devendo ser arcado pela parte que der causa ao cancelamento, independentemente de ser o credor ou o devedor beneficiário da justiça gratuita.

III - Havendo acordo ou pagamento da dívida, após a realização do leilão e arrematação será devido à Leiloeira Oficial o importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser pago pela parte executada.

Os percentuais/valores acima, serão pagos a título de ressarcimento das despesas de publicação de edital, intimação das partes, remoção, guarda e conservação dos bens, nos termos do art. 7º, § 3º da Resolução do CNJ 236/2016, valores esses a serem pagos pela parte executada.

Se o Executado pagar a dívida na forma do artigo 826 do CPC, ou ainda, celebrar acordo, deverá apresentar até a hora e data designadas para o leilão, guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto ao pagamento integral ou acordo, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado.

LANCES: Os bens que não receberem qualquer lance até o horário previsto para o encerramento do 2º (segundo) leilão, serão apregoados novamente em “repasse”, por um período adicional de 1 (uma) hora, com abertura 15 minutos após o término do pregão de todos os lotes que compuserem o leilão. Durante a hora adicional (repasse) observar-se-ão, para realização de lances, as mesmas regras estipuladas para o 2º (segundo) leilão. Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação do seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrescidos da comissão da Leiloeira em até 24 horas, a Leiloeira comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo,



sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil). Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado à Leiloeira a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores da Leiloeira, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal da Leiloeira, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefone 0800-707-9339, Chat no site da Leiloeira e também é possível, encaminhar e-mails com dúvidas à Central, através do link “Fale Conosco” ou diretamente pelo endereço atendimento@leiloesjudiciais.com.br.

ARREMATACÃO: Assinado o auto pelo Juiz, pelo Arrematante e pela Leiloeira Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloeira e o art. 653 do Código Civil, a atuação da Leiloeira Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.



Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste(a) profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

INTIMAÇÃO: Ficam desde logo intimados os executados **CARLOS CÉSAR AMARAL MARQUES (CPF: 345.349.891-72)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, **SOELI ELAINE APPELT MARQUES (CPF: 390.005.242-53)** e seu(a) cônjuge se casado(a) for, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se porventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015.

Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Vilhena Estado de Rondônia.

Vilhena/RO, 16 de outubro de 2025.

ANDRESSON CAVALCANTE FECURY

JUIZ DE DIREITO

Data e Hora	20/10/2025 16:02:33	Validade: 31/08/2026, conforme estabelece o Art. 22, inciso I, letras “a” e “b”, da Instrução Presidencial Nº 001/2012 – PR , publicada no DJE nº 031 de 15/02/2012.
Caracteres	25285	



d1Isa1pFdWNsell0N2VaZTNWNuUdqRHIXSjBRajZsZ0o0WTJ0aG50KzFGaFBiRzBtMWNDRkZjRGkrUVp4MHR6dw==

Assinado eletronicamente por: ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:06, ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:06

<https://pje.pje.tjro.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25102212170703400000122525527>

Número do documento: 25102212170703400000122525527

Preço por caractere	0.02781	
----------------------------	---------	--

Total (R\$)	703,18
--------------------	---------------



d1Isa1pFdWNsell0N2VaZTNWNuUdqRHIXSjBRajZsZ0o0WTJ0aG50KzFGaFBIrZBtMWNDrkZjRGkrUVp4MHR6dw==

Assinado eletronicamente por: ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:06, ANDRESSON CAVALCANTE FECURY - 22/10/2025 12:17:06

<https://pjepeg.tjro.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25102212170703400000122525527>

Número do documento: 25102212170703400000122525527